

PLENÁRIO

Acusações entre PMDB e PFL dominam sessão

A crise entre o PMDB e o PFL, que ameaça rasgar o tapete de sustentação política do governo Sarney, ficou ainda mais evidente na sessão plenária da Assembleia Nacional Constituinte, ontem à tarde. Menos de 50 minutos após um quase pedido de trégua de Del Bosco Amaral (PMDB-SP), para quem os dois partidos devem combater o PDS e o PT, em vez de se digladiarem, o deputado Mendes Thame (PFL-SP) fez nada mais nada menos que pedir a demissão da "fracassada" equipe econômica peemedebista.

"É preciso ter hombridade para assumir os equívocos", atacou Mendes Thame para, mais uma hora à frente, ouvir seu colega de

pronunciamentos que visaram o seu partido. Também presidente da Constituinte e da Câmara, ele só chegou às 15h16, ainda que sem o quorum mínimo de 94 parlamentares exigido. Não havia mais que 70 constituintes em plenário, quando o deputado Humberto Souto (PFL-MG), no exercício da Presidência da Assembleia, autorizou a leitura da ata da sessão anterior e concedeu a palavra ao deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), que se disse autorizado para desmentir a boataria sobre novas medidas econômicas que circulavam pelo País, relacionadas com a dívida externa.

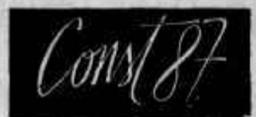
Cardoso Alves usou a palavra para levantar uma questão de ordem — a comunicação de que não procediam os anúncios sobre o que faria ou deixaria de fazer o Governo além da moratória técnica. Era, na verdade, uma tentativa de esfrisar as críticas que viam a seguir.

O primeiro inscrito para falar, Luiz Soyer (PMDB-GO), não estava presente, ocupando o microfone, após Cardoso Alves, o constituinte Eraldo Trindade (PFL-AP). Curto e grosso, ele apelou para que seja dada à Constituinte o valor merecido, insistindo na tática da soberania, e saiu sob aplausos.

Ivo Mainardi (PMDB-RS) o sucedeu para pedir silos ao Governo alegando que 20% da safra de grãos poderá ser perdida este ano por falta de armazenagem. Nada tinha a ver com a temática do dia, retomada em seguida por Carlos Cardinal (PDT-RS). "O Governo dá todos os dias a demonstração de que não sabe o que fazer", disse, denunciando que a moratória não passa de uma concórdia.

esquivava-se um deputado assediado por duas curiosíssimas visitantes, enquanto Geraldo Campos tratava de justificar a moratória a outro par de eleitores, que o procuraram ontem com a finalidade específica de tratar do encaminhamento de solução para problemas do funcionalismo, mas aproveitaram o ensejo para buscar informações sobre a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

"Que alternativas tinha o País?", indagava Campos, respondendo, ele próprio, que estas eram as de voltar a se submeter ao Fundo Monetário Internacional ou procurar uma "solução mexicana", equivalente à alienação de ações de empresas estatais — como a Petrobrás e a Eletrobrás para saldar parte dos com-



Caio Pompeu (PMDB-SP) propõe a extinção do voto obrigatório e dos dois turnos; Eduardo Jorge (PT-SP) apresenta uma radiografia do sistema de



Eduardo Jorge

saúde do DF, que visitou com uma comissão de parlamentares; Costa Ferreira (PFL-MA) diz que a família é uma instituição divina; Del Bosco Amaral, que a guerra do PMDB com o PFL não serve a Sarney nem ao ministério.

As 14h48, Lysânea Maciel (PDT-RJ) está ausente. Cristina Tavares (PMDB-PE) afirma que os ataques à Constituinte, por "determinada" imprensa, é parte de um projeto político das elites, que têm medo de mudanças; Luiz Salomão (RJ) é outro pedetista ausente; Ruy Nedel (PMDB-RS) destaca que a preocupação maior deve ser com o homem; José Viana (PMDB-RO) defende todo tipo de reforma: agrária, urbana e social; Darcy Deitos (PMDB-RS), chamado enquanto Humberto Souto passa a mesa para Mauro Benevides (PMDB-CE), discursa pela

reforma agrária nas terras improdutivas; Paulo Delegado (PT-MG) fala das agruras do ensino.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, só então chega ao plenário, após o 16º pronunciamento. Estava tratando do regimento interno, cujo projeto, comunica, já estava pronto e encaminhado para publicação a fim de ser distribuído aos constituintes para debate. Aproveita e convoca a todos para sessões extraordinárias hoje, às 15 e às 19h, acrescentando que amanhã e segunda-feira haverá novas sessões extraordinárias.

Há nesse momento cerca de 80 parlamentares em plenário. Ulysses chama Jairo Carneiro (PFL-BA), às 15h22. O deputado defende a soberania da Assembleia. E seguido por Ismael Wanderley (PMDB-RN), que culpa os juros altos pela crise nacional.

Parte significativa da bancada do DF — Valmir Campelo (PFL), Maria de Lourdes Abadia (PFL), Jofran Frejat (PFL) e Márcia Kubitschek (PMDB) — promoveu animado encontro no corredor central do plenário. Márcia, ao final, sobe à mesa, é carinhosamente cumprimentada por Ulysses Guimarães e trava dois minutos de conversa com o presidente da Constituinte.

As 15h40, Ulysses Guimarães encerra sua participação na sessão, que ainda estava por duas horas e 20 minutos do seu final, deixando em seu lugar o senador Mauro Benevides. Antes do horário das lideranças, ainda usam o microfone Mendes Thame, Ivo Vanderline (PMDB-SC), Luiz Freire (PMDB-PE), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Gumercindo Milhomen (PDT-SP), Irajá Rodrigues (PMDB-RS) e Amaury Muller (PDT-RS).



Carlos Cardinal

partido. Alceci Guerra (PR), fazer longo discurso de desgosto ao líder da bancada, José Lourenço, atacado na véspera pelo primeiro vice-líder do PMDB na Câmara, João Herrmann (SP). Guerra, contudo, ainda procurou amenizar o impacto de suas próprias palavras, declarando preferir que elas fossem tomadas como um convite ao diálogo e não uma razão a mais para o rompimento.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, não presenciou os

Congresso recebe moratória com frieza

As 14h30, parecia que nada aconteceria. No cafézinho da Câmara, como no salão verde, não se ouvia a palavra moratória. No plenário semivazio, a voz do deputado Eduardo Jorge (PT-SP) percorria uma desatenta platéia, dando conta do lastimável estado da rede hospitalar pública de Brasília. Aos poucos, porém, o que deveria ser o assunto do dia foi tomando corpo. Dentro e fora do plenário. "Foi o tema mais discutido", constatou o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), pouco antes de Luis Ignácio Lula da Silva (PT-SP) arrancar aplausos com um inflamado discurso sobre mais esta "decisão de gabinete".

Não só parlamentares se interessavam pelo tema nas salas próximas ao plenário. "O Presidente vai explicar tudo hoje",

promissos, substituindo assim o dinheiro inexistente em caixa.

Notava-se ainda certa cautela, decorrente, talvez, da falta de consistência das informações disponíveis no começo da tarde. Ao falar, quase no final da sessão da Constituinte, Lula reportou-se a uma reunião, recém-feita, com a liderança do PMDB, onde recebeu informações desencontradas em relação ao que lera nos jornais do dia. Geraldo Campos acreditava que a moratória técnica encontraria respaldo entre os parlamentares. "Praticamente o total dos constituintes que votaram contra a convocação de Funaro vai apoiar a suspensão do pagamento — e serão reforçados pela esquerda", raciocinava ele.

horas a presença da moratória como tema principal no plenário, e fora dele foi se incorporando, a ação do Governo, esteve longe de gerar a tensão vista na véspera — quando, enquanto o Executivo deliberava sobre a moratória, a Constituinte decidia se convocava ou não o ministro da Fazenda a dar explicações sobre a crise econômica e as medidas que o Governo pretende adotar. Na sala de café, o assunto predominava, mas não gerava discussões acaloradas. Talvez até porque não bem digerido ainda pelas bancadas. Enquanto Geraldo Campos dava explicações a seus eleitores, um grupo de deputados do PDT reunia-se a portas fechadas na sala de sua liderança — e é de supor, com mínima margem de erro, que ali rojava também o tema da moratória.

Mas se, com o correr das

Estabilidade constitucional

CUNHA BUENO*

Não precisamos ser profundos conhecedores da História brasileira para constatar que as crises político-institucionais que o País enfrentou e vem enfrentando se devem ao regime presidencialista de governo, adotado com a proclamação da República.



O presidencialismo vigente no Brasil não passa de uma ditadura por tempo determinado, uma vez que, como toda cópia malfeita, não conseguimos implantar em nossas instituições um Legislativo forte, a exemplo dos Estados Unidos da América, onde fomos nos espelhar.

No Brasil, o presidente da República pode tudo e tem poderes ilimitados, não podendo sequer ser afastado democraticamente, caso não realize um governo voltado para as necessidades do País. Talvez, por isso mesmo, é que não se consegue evitar a presença dos militares nessas sucessivas crises que atravessamos.

Tal intervenção, aliás se faz presente desde a proclamação da República. Tanto é verdade que poucos presidentes eleitos completaram seus mandatos. E, de 30 para cá, apenas um civil, JK, entregou o Poder ao seu sucessor legitimamente proclamado pelas urnas. Vale lembrar, no entanto, que para ser empossado o País passou por fortes crises militares.

Vale lembrar também que a experiência parlamentarista que tivemos no Brasil-República não foi frutífera. Tanto é que, em menos de dois anos, sucederam-se três Conselhos de Ministros. Isso porque não há fórmula de se compatibilizar um regime de gabinete com um presidente forte.

Fala-se agora na Constituinte, na viabilidade de se adotar este regime de governo. Um parlamentarismo como solução emergencial para uma crise não nos parece a melhor saída, principalmente se prevalecer a tese de que o presidente deve ser eleito pelo voto universal e secreto. Ao invés de solucionar nos trará crises mais graves do que a presente que estamos sofrendo.

Já foi denunciado, por um ministro do atual Governo, que o Plano Cruzado de 23 de fevereiro de 86 naufragou porque de um programa econômico transformou-se em eleitoreto, para que o partido do Presidente não saísse derrotado das eleições de 15 de novembro último.

Dai porque levantamos a tese de se discutir na Constituinte a instauração da Monarquia Parlamentarista Federativa, como solução alternativa de governo para o nosso País. Acreditamos ser esta a melhor solução, porque teríamos na chefia da Nação uma pessoa acima dos partidos e na chefia do Governo uma outra comprometida com os anseios dos diversos segmentos que integram a nossa sociedade, porque escolhida entre os seus representantes eleitos para o Parlamento.

Não seria a Monarquia pela Monarquia ou pelo seu fausto. Mas um regime que governa as principais nações, a partir da Inglaterra, no Ocidente, chegando ao Japão, no Oriente. Dizer-se que seria um retorno ao passado, quando vivemos na cibernética, não é um argumento procedente, tanto que o Japão é um exemplo de uma nação altamente progressista, principalmente nesse campo.

Vale lembrar ainda que foi a presença de um monarca, pairando acima dos partidos, que viabilizou a adoção do Pacto de Moncloa recentemente na Espanha. Aqui se tentou e não se chegou a bom termo porque temos à frente do Governo um Presidente partidário, comprometido com uma Aliança que mais parece um arco-íris, dada a sua vasta coloração ideológica.

Insistimos, pois, na tese, por entendermos que o presidencialismo não é a melhor forma de governo, como também a experiência parlamentarista não foi das melhores. De outra parte, entendermos ser esta a melhor oportunidade para o estudo de tal proposta, porque, talvez até por recelo, os proclamadores da República não só baniram o imperador, como de lá para cá as diversas Constituições, promulgadas ou outorgadas, nos impede de se examinar a adoção de um sistema de governo responsável pelo progresso das nações mais desenvolvidas do Mundo. O presidencialismo norte-americano não serve de exemplo, porque o implante sofre de profundas rejeições em nosso meio, até por motivos culturais.

*O autor é deputado federal pelo PDS de São Paulo e 4º secretário da Câmara dos Deputados

de A a Z

Paulo Paim

Lider sindical gaúcho, obteve mais de 50 mil votos. Secretário-geral da CUT, já liderou greves de sucesso

Paulo Renato Paim (PT-RS), 36 anos, negro, é uma das revelações do movimento sindical. Natural de Caxias do Sul, ele radicou-se desde menino no município de Canoas, onde começou sua vida de metalúrgico. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, presidente da CUT do Rio Grande do Sul e secretário-geral da CUT nacional. E muito respeitado no meio sindical, inclusive pelos seus adversários da CGT, com quem continua mantendo bom trânsito.

Sua candidatura, apoiada expressamente pela Federação Gaúcha de Metalúrgicos, obteve cerca de 50 mil votos, quebrando uma antiga tradição no Estado, sempre representado no plano federal por empresários, bacharéis e profissionais liberais.

No Rio Grande do Sul, com sua atuação no movimento sindical, Paim transformou-se num ponto de referência: foi ele quem liderou a histórica passeata operária de 35 quilômetros de Canoas a Porto Alegre no ensaio da greve nacional, em 21 de julho de 1983.

No dia 12 de dezembro passado, data da greve nacional em protesto contra a edição do Cruzado II, a cidade de Canoas, principal reduto de Paulo Paim, parou completamente em adesão à manifestação.

Ele certamente representará, com firmeza, as posições da parcela mais combativa do movimento sindical. Preocupado em não se desligar das bases que o apolaram, Paim não vai morar em Brasília. Está dividindo o apartamento que era de Djalma Bom com o presidente do PT, Luis Ignácio Lula da Silva, e com seu companheiro de bancada, Olivio Dutra. Pretende viajar sempre a Porto Alegre, onde deixou sua esposa e três filhos.

Nabor Júnior

Ex-governador do Acre, chega ao Senado com a maior votação do Estado. É peemedebista histórico

Nabor Teles da Rocha Júnior (PMDB-AC), 56 anos, foi eleito senador com 41.080 votos, a maior votação da história do Acre, numa prova de reconhecimento do eleitorado pelo seu desempenho à frente do governo estadual. Comerciante, ex-serialista, udenista quando estudante, Nabor tem fama de ser bom de voto.

Foi deputado estadual pelo PTB (62 a 66), aderindo ao MDB com a extinção do antigo quadro partidário. Por essa nova legenda foi eleito deputado federal por dois mandatos consecutivos (66 a 70 e 70 a 74). Em 1980, com a nova reforma partidária, ele permaneceu no PMDB, tendo sido reeleito para a Câmara outras duas vezes: 74 a 78 e 78 a 82. Em 1982 ele conquistou o governo do seu Estado.

Casado, sete filhos, tímido, ele é considerado um peemedebista histórico, sempre vinculado à

Fábio Lucena

Tinha ainda 4 anos de mandato, mas foi reeleito para abrir nova vaga e permitir a candidatura de Gilberto Mestrinho

Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (PMDB-AM), 46 anos, embora dispusesse ainda de quatro anos no Senado, disputou um novo mandato, tendo sido reeleito com 239.049 votos. A reeleição para um outro mandato na verdade foi parte de uma manobra combinada precisamente para favorecer o governador Gilberto Mestrinho: com a renúncia de Lucena aos quatro anos que lhe restavam, o mandato obtido em 1981, (atitude que deverá ser seguida pelos dois suplentes) serão convocadas novas eleições para o preenchimento da vaga, cujo candidato favorito é justamente o governador Mestrinho.

Funcionário do Banco do Brasil, jornalista militante, de estilo agressivo, ele começou sua carreira política no movimento sindical do Amazonas, onde chegou a ser secretário-geral da CGT local, o que lhe valeu algumas passagens pelas prisões militares. Eleito vereador em Manaus, em 1974, Lucena saiu da Câmara de Vereadores direto para o Senado, onde destacou-se por suas posições independentes, muitas vezes dissonantes da liderança de sua própria bancada. Lucena orgulha-se de ter sido o senador que mais combateu os generais Newton Cruz e Octávio Medeiros, e tem como ponto alto de sua atuação parlamentar, a devolução, em junho passado, de US\$ 102 milhões, que o Governo Federal teve que fazer à Zona Franca.

Lucena defende mandato de cinco anos para o Presidente da República, sem reeleição, e acha que o pleito presidencial deveria se dar isoladamente. Prega a moratória da dívida pelo prazo de dez anos, com a finalidade expressa de aplicar os juros não-pagos na educação, saúde e na produção de alimentos. Acha que a Constituinte é soberana para elaborar a nova Carta e é contrário à legalização do aborto "salvo em caso de estupro e concepção".